

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.229 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 31 DE JANEIRO DE 2001

## Congresso faz hoje primeira sessão para apreciar medidas provisórias

Com 21 medidas provisórias na pauta, das 75 que estão tramitando atualmente no Legislativo, o Congresso Nacional realiza hoje a primeira sessão do período extraordinário convocado pelo presidente da República. Deverão ser examinadas principalmente matérias que não provocam polêmica nem contam com oposição clara de algum partido. A maioria das MPs trata de temas econômicos ou da estrutura do Executivo, e algumas já foram reeditadas várias vezes.

PÁGINA 3



Somente o senador José Sarney deixou de comparecer à reunião da bancada do PMDB. A candidatura de Jader foi aprovada com apenas um voto contra, além de uma abstenção

### PMDB LANÇA JADER BARBALHO COMO CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DO SENADO

A bancada do PMDB lançou ontem a candidatura de Jader Barbalho (PA) à Presidência do Senado. Ele foi escolhido com os votos de 23 dos 25 parlamentares que participaram da reunião. “Demos uma demonstração de inquestionável unidade”, disse o senador José Alencar, ao anunciar a decisão.

PÁGINA 4

**Plenário aprova voto de pesar pela morte de Vivaldi Moreira**

PÁGINA 6



Jefferson Péres (E) disse, após ser escolhido candidato pelos senadores opositores, que sua candidatura não é de protesto. “Vou buscar a vitória”, afirmou ele

### JEFFERSON PÉRES É O NOME ESCOLHIDO PELOS PARTIDOS DE OPOSIÇÃO

A oposição também decidiu lançar um nome à sucessão do senador Antonio Carlos Magalhães. Em encontro do qual participaram 14 parlamentares, o Bloco Oposição (integrado pelo PT e pelo PDT) e as bancadas do PSB e do PPS aprovaram a candidatura do senador Jefferson Péres (PDT-AM).

PÁGINA 4



O senador Antonio Carlos Magalhães recebeu ontem o presidente da Assembleia Nacional do Poder Popular de Cuba, Ricardo Alarcón (C), em audiência da qual também participou o primeiro-vice-presidente do Senado, Geraldo Melo.

PÁGINA 2

**CCJ examina dois projetos de mudança no Código Penal**

PÁGINAS 3 E 7

# ACM: Jader terá adversário em eleição no Senado

“A luta continua”, declarou o senador Antonio Carlos Magalhães, ao afirmar que o nome escolhido ontem pela bancada do PMDB para presidir a Casa, Jader Barbalho, deverá enfrentar a concorrência de outro candidato

Ao comentar com os jornalistas a escolha, em reunião realizada ontem, do senador Jader Barbalho (PMDB-PA) como candidato da bancada peemedebista à sua sucessão, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou que “a luta continua” e que um outro candidato disputará a presidência da Casa contra o indicado pelo PMDB.

Antonio Carlos disse que, apesar de não ter concordado com a estratégia do senador José Sarney (PMDB-AP) de não comparecer à reunião peemedebista, não ficou decepcionado com o ex-presidente da República. Ele acrescentou que continuará “no mesmo estilo”, tentando evitar que Jader Barbalho seja eleito o presidente do Senado. “Mas só vou tratar desse assunto depois”, afirmou Antonio Carlos.



Antonio Carlos disse que não ficou decepcionado pelo fato de o ex-presidente José Sarney não se ter lançado na disputa do cargo pleiteado por Jader

## Presidente da Assembléia Nacional cubana é recebido em audiência

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na manhã de ontem o presidente da Assembléia Nacional do Poder Popular de Cuba, Ricardo Alarcón, que está no país para manter contatos políticos e estreitar as relações bilaterais com o Brasil.

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN), vice-presidente do Senado brasileiro, acompanhou o encontro, juntamente com o embaixador cubano no país, Jorge Lezcano.

Antonio Carlos trocou impressões com o presidente do Legislativo cubano a respeito das rela-



Alarcón (C) veio ao Brasil com o objetivo de estreitar as relações entre os dois países

ções entre os dois países e da amizade que fez com o presidente Fidel Castro, ao longo dos últimos 15 anos. O presidente do Se-

nado também disse ter confiança de que Brasil e Cuba deverão intensificar o intercâmbio em diversos campos.

## Antonio Carlos volta a defender aprovação da PEC que restringe MPs

O presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, confirmou que a sessão prevista para hoje deverá ter matérias para votação. “Começaremos pelas mais antigas no Congresso”, informou. E voltou a defender a aprovação pela Câmara da emenda constitucional que regulamenta a edição de medidas provisórias pelo governo. Mas acrescentou que “o ideal seria que elas (as MPs) não existissem”.

O senador ressaltou a decisão do Senado e da Câmara, tomada em comum acordo por seus presidentes, no sentido de incluir outras matérias na pauta de votações da convocação extraordinária do Congresso Nacional, que vai até o próximo dia 14 de fevereiro.

Antonio Carlos Magalhães também confirmou ontem o pagamento da diferença salarial de 11,98% aos servidores da Casa, por conta de defasagem apurada quando da passagem da antiga URV (Unidade

de Referência de Valor) para o real, em 1994.

O senador esclareceu que o Senado e a Câmara decidiram incorporar esse índice, “da mesma forma que já fizeram o Supremo Tribunal Federal e outros órgãos do Judiciário”.

— Sendo uma questão decidida pelo Supremo e uma medida já tomada pelo Judiciário, não queria deixar a Presidência do Senado devendo isso aos funcionários — declarou Antonio Carlos.

A decisão tomada em conjunto pelos presidentes da Câmara e do Senado refere-se à incorporação desse índice no salário do funcionalismo do Congresso. A questão do pagamento dos atrasados será tratada pelos diretores-gerais das duas Casas do Legislativo. Se houver recursos disponíveis no Orçamento, admitiu o senador Antonio Carlos Magalhães, “é possível” que sejam pagos.



## AGENDA

QUARTA-FEIRA, 31 DE JANEIRO DE 2001

<b>PLENÁRIO</b>	Código Penal, que trata dos crimes contra a administração pública. <i>Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3</i>
15h – Sessão Conjunta do Congresso Nacional Pauta: Apreciação de medidas provisórias. <i>Plenário da Câmara</i>	<b>PREVISÃO</b>
<b>COMISSÕES</b>	Quinta-feira 7 10h – Sessão deliberativa ordinária do Senado Pauta: Agenda em aberto
10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Pauta: PLC nº 10/96, que define os crimes de especial gravidade e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal); e PLC nº 45/98, altera o Título XI do	Sexta-feira 9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Congresso inicia apreciação de medidas provisórias

Primeira sessão, marcada para as 15h de hoje, tem 21 MPs na pauta. Não foram incluídas propostas polêmicas, pois o objetivo é votar as que não contam com oposição clara dos partidos

O Congresso Nacional reúne-se às 15h de hoje, pela primeira vez durante a convocação extraordinária feita pelo presidente da República, para discutir e votar medidas provisórias. Constatam da pauta 21 MPs, das 75 que tramitam no Legislativo, e a escolha foi feita pela liderança do governo no Congresso, em comum acordo com o Palácio do Planalto e alguns líderes de partidos políticos.

Essa primeira lista não inclui medidas provisórias polêmicas e a idéia da liderança governista é votar aquelas que não contam com oposição clara dos partidos. Entre elas, encontra-se a MP 2.074, já reeditada por 73 vezes, e que estabelece atos que com-

pletam o Plano Real, proibindo, entre outras coisas, o registro de contratos em outras moedas e só permitindo correção de valores se o acordo tiver no mínimo um ano de duração.

Também pode ser votada uma medida provisória, assinada pela primeira vez pelo presidente Fernando Henrique Cardoso há 31 meses, que altera a legislação sobre a remoção de órgãos para transplante. O documento prevê que os parentes poderão proibir a retirada de órgãos de pessoas que em vida não fizeram declaração em contrário.

Consta ainda da pauta a MP que estende a todos os servidores públicos do Executivo o reajuste de 28,86% concedido aos

militares pelo então presidente Itamar Franco. Mais tarde, o Supremo Tribunal Federal decidiu que os civis que reivindicaram o reajuste na Justiça tinham direito ao aumento e, pouco depois, o presidente da República estendeu o reajuste a todo funcionalismo do Executivo, descontando-se os aumentos já concedidos.

Outra medida que pode ser votada hoje reafirma que motoristas de táxi ou portadores de deficiência física podem comprar carros de até 127 HP com isenção de Imposto Sobre Produtos Industrializados. Das 21 MPs incluídas nessa primeira pauta, só quatro não tratam de assuntos financeiros ou da estrutura do Estado. Fatos já consolidados há



O Congresso Nacional deve se reunir hoje pela primeira vez no período de convocação extraordinária

tempos, como a destinação de R\$ 8 bilhões da União ao programa de recuperação financeira do Banco do Brasil, também fazem parte das medidas provisórias. Estará ainda em discussão a MP

que instituiu, há quatro meses, o Programa de Recuperação Fiscal (Refis), que autoriza a Receita Federal a receber das empresas impostos atrasados em até 60 meses.

## CCJ analisa propostas de mudanças no Código Penal

Na primeira reunião do ano, marcada para hoje, às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa duas propostas do governo federal que alteram o Código Penal. Uma delas define os crimes de especial gravidade e a outra estabelece penas mais rígidas para o servidor público que quebrar o sigilo de informações inerente à sua função.

O projeto que modifica os artigos do Código Penal relativos aos crimes contra a administração pública agrava a pena por violação de sigilo funcional, fixando punição de um a quatro anos de reclusão, e criminaliza a revelação e o uso não autorizado de informações privilegiadas.



Bernardo Cabral apresentou substitutivo

Ao propor essas medidas, o governo pretende coibir o vazamento e o uso indevido, por servidores públicos, de informações sigilosas que, repassadas a terceiros, possam proporcionar vantagens indevidas. Pelo projeto, as penalidades atribuídas a esses crimes alcançam tanto o funcionário que infringe o dever de discricionariedade quanto o beneficiário do ato ilícito. A matéria é relatada pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que apresentou substitutivo.

O segundo projeto na pauta da

comissão, presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), cria crimes de especial gravidade, de acordo com a violência empregada, e classifica o homicídio por encomenda ou antecedido por tortura, o roubo com lesão corporal grave, o seqüestro seguido de extorsão, além do estupro, a tortura, o genocídio, o terrorismo, o tráfico de armas e o contrabando de armas sob a mesma categoria, que terá tratamento rigoroso da lei.

O projeto determina que nos crimes de natureza especial será obrigatória a prisão em regime fechado em, pelo menos, metade da pena. Além disso, a proposta revoga artigos do Código Penal que estabelecem penas menores para o estupro e atentado violento ao pudor quando a criança seja menor de 14 anos.

Porém, o relator, Bernardo Cabral, vê inconstitucionalidades no projeto. Segundo ele, o regime de cumprimento de pena proposto para os crimes de especial gravidade é mais brando do que o determinado pela Lei de Crimes Hediondos, de 1990.

— Se se pretende amenizar as disposições da Lei dos Crimes Hediondos, o caminho correto é propor a sua alteração e não criar uma lei com conceitos diferentes dos constantes da Constituição — afirma Cabral, ao ressaltar que a Constituição se refere a crimes hediondos e não a crimes de gravidade especial. (Veja mais sobre os trabalhos da CCJ na página 7).

## CRE vai examinar relatório de Piva sobre restrição às armas de fogo

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deve apreciar nos próximos dias o relatório do senador Pedro Piva (PSDB-SP) sobre os três projetos de lei que restringem a venda de armas de fogo e munições no Brasil, incluídos pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, na pauta da convocação extraordinária.

Piva apresentou substitutivo aos projetos dos senadores Gerson Camata (PMDB-ES), José Roberto Arruda (PSDB-DF) e do ex-senador Djalma Falcão, proibindo o



Piva quer proibir o porte, mas não a posse de armas

porte de armas em todo o território nacional. Porém, diferentemente do substitutivo do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Piva não faz restrição à comercialização de armamentos (veja quadro).

A proposta de Calheiros prevê a proibição da venda, assim como o recolhimento, sob indenização, dos armamentos em posse da população. Porém, no entendimento de Piva, o substitutivo aprovado na CCJ contém inconstitucionalidades.

Além disso, ele acredita que o fechamento do comércio interno de armas, conforme a proposta de Calheiros, traria danos socioeconômicos, como o desemprego, e esse comércio seria substituído pelo clandestino.

Dessa forma, apesar de proibir o porte, Piva interpreta que não há como impedir, de acordo com a Constituição, que o cidadão possua e registre uma arma de fogo para sua defesa pessoal. O presidente da CRE, senador José Sarney (PMDB-AP), ainda não marcou a data da reunião da comissão, que durante o período de convocação extraordinária se dedicará exclusivamente a apreciar o relatório de Piva.



### As propostas de Piva e de Calheiros sobre os projetos que restringem o uso de armas

#### O substitutivo de Pedro Piva (relator na CRE):

- Proíbe o porte de arma de fogo, que fica restrito a profissionais que utilizam armamentos em sua função, como soldados, policiais e agentes do Ibama.
- Os portes de arma já concedidos serão cassados.
- Os registros de armas já concedidos continuarão válidos e donos de armas irregulares terão 120 dias para legalizar sua situação.
- Novos registros dependerão da "comprovação de bons antecedentes, comportamento social produtivo, capacidade técnica de manuseio de arma e aptidão psicológica".
- Atiradores, caçadores, colecionadores e moradores da zona rural terão a posse e o porte regulamentados pelo Executivo.

#### O substitutivo de Renan Calheiros aprovado na CCJ:

- Proíbe a venda de armas, exceto para as Forças Armadas, polícias, empresas de segurança devidamente registradas, clubes de tiro e caça, guardas florestais, agentes de trânsito, moradores de áreas rurais e agentes do Ibama.
- Pessoas que possuem armas e não estiverem enquadradas nas exceções acima deverão devolvê-las e serão indenizadas.
- Pessoas que tiverem armas que não estejam regularizadas serão anistiadas caso entreguem as armas voluntariamente, mas não receberão indenização.
- Com a lei em vigor, quem possuir arma ilegalmente estará sujeito a pena de dois anos de reclusão e multa, sem direito a fiança.
- A produção e a comercialização de brinquedos imitando armas passam a ser crime, sujeito a prisão de dois anos.

## PMDB lança candidatura de Jader à Presidência do Senado

O PMDB oficializou ontem a candidatura de seu atual líder, Jader Barbalho (PA), à Presidência do Senado. A decisão foi tomada por 23 votos a um, além de uma abstenção, depois de mais de três horas de debates na bancada. Apenas o senador José Sarney (PMDB-AP) deixou de comparecer ao encontro.

— Esta foi uma reunião verdadeiramente histórica — disse, ao anunciar o resultado da votação, o senador José Alencar (PMDB-MG), a quem coube presidir o encontro da bancada. “Demos uma demonstração de inquestionável unidade e de fortalecimento do PMDB, conquistado pela liderança de Jader Barbalho”, afirmou.

A votação foi aberta. A única abstenção foi do senador José Fogaça (PMDB-RS). O voto contrário foi do senador Roberto Requião (PMDB-PR), que chegou a lançar o nome de seu colega Iris Rezende (PMDB-GO) para a

### Senador anuncia que vai procurar os demais partidos

Logo após ser indicado pela bancada do PMDB como o candidato do partido à Presidência do Senado, o senador Jader Barbalho (PA) anunciou que vai começar a negociar com os demais partidos a composição de uma chapa para a eleição da nova Mesa da Casa. Ele disse que respeitará todas as indicações que venham a ser feitas pelas lideranças partidárias.

— Nós não trabalhamos com vetos, pois quem tem que avaliar a qualidade e o mérito de cada pessoa indicada é o próprio partido que faz a indicação — afirmou Jader em entrevista concedida depois da confirmação de sua candidatura pela bancada do PMDB. “Não discutiremos as decisões das demais bancadas, porque isto seria despropositado e antidemocrático”, observou o senador.

Jader considerou uma “surpresa gratificante” o resultado da votação na bancada do PMDB, que o indicou candidato do partido por 23 votos a um, além de uma abstenção. “Foi quase uma unanimidade”, disse o senador.

O senador assegurou ainda não estar preocupado com as denúncias de corrupção feitas contra ele pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. “A população sabe que tudo isso não passa de uma campanha de natureza pessoal”, afirmou Jader.

Jader disse que pretende dirigir o Senado de forma colegiada, com a participação da Mesa, e antecipou posição favorável à adoção de um recesso menor nos trabalhos do Legislativo no começo de cada ano.

sucessão de Antonio Carlos Magalhães na Presidência da Casa. Mas Iris, que chegou a disputar o cargo com o próprio Antonio Carlos há quatro anos, anunciou que seu voto seria de Jader.

José Alencar ressaltou que várias vezes, durante a reunião, abriu a todos os senadores do partido a possibilidade de apresentação de um outro candidato à indicação. Uma vez concluída a votação, ele disse esperar que o candidato do PMDB mereça do Plenário o mesmo apoio que recebeu de sua bancada. “Jader virá enriquecer o Senado Federal, que precisa ser fortalecido como instituição”, previu.

No final da tarde, a Executiva Nacional do PMDB oficializou seu apoio às candidaturas de Jader Barbalho à Presidência do Senado e do deputado Aécio Neves (PSDB-MG) à Presidência da Câmara.



Jader afirma que pretende dirigir o Senado de forma colegiada

#### UNIDADE

Os senadores do PMDB que participaram da reunião na qual Jader Barbalho foi indicado como o candidato do partido à Presidência do Senado procuraram realçar a importância da unidade demonstrada pela bancada em torno da decisão. O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) elogiou a autonomia do partido, mesmo diante da pressão que estaria sendo exercida por “forças de fora” da agremiação para que outro nome viesse a ser indicado.

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) classificou a escolha de Jader Barbalho como uma reação aos vetos a sua indicação. Ele comentou que os senadores do partido se sentiram feridos com as críticas feitas a Jader.

O único voto contrário à indicação de Jader foi do senador Roberto Requião (PMDB-PR), que recorreu ao escritor Nelson Rodrigues para explicar a sua posição. “Toda unanimidade é burra”, disse ele. O senador José Fogaça (PMDB-RS), único a se abster na escolha, explicou que votou dessa forma por discordar do método adotado pela bancada. “Pressões externas não podem ser consideradas para tomar decisões”, afirmou. A reunião do PMDB durou mais de três horas e contou com a manifestação de 17 senadores.

## Partido sai fortalecido, diz Ney Suassuna

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse em discurso ontem que a escolha do presidente do PMDB, Jader Barbalho, como candidato do partido à Presidência do Senado fortalece o PMDB e a luta da

agremiação “pelo desenvolvimento do país”. Segundo o senador, a vitória de Jader é uma conquista que revela a importância da fé e da perseverança que têm marcado a vida do partido.

## Oposição escolhe Jefferson, que promete mudanças profundas

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) é candidato à Presidência do Senado. A decisão foi tomada ontem na reunião das oposições, a que compareceram 14 senadores. Jefferson recebeu o apoio dos parlamentares do PT, PDT, PSB e PPS, e garantiu que sua candidatura tem chances reais. “Não sou um candidato de protesto, coadjuvante. Vou buscar a vitória”, declarou o senador, prometendo colocar o foco da disputa no debate de idéias e na busca de mudanças na prática política.

Jefferson Péres disse que a oposição não pode omitir-se e deve apresentar uma proposta nova, que não se resume a uma disputa de caciques políticos. Ele salientou que não pensou e nem pediu para concorrer, mas aceitou a candidatura diante da unanimidade oposicionista. “Nossa candidatura não é improvisada e nem individualista. Queremos mudanças profundas”, afirmou, prometendo surpre-

ender na votação.

O senador disse ainda que procurará parlamentares de todos os partidos e que pretende conversar em torno de idéias. Ele declarou que o nome do senador Jader Barbalho (PMDB-PA) não tem consenso no Senado. Jefferson revelou que sua estratégia de campanha será traçada em conjunto pelas oposições.

Ao lado de Jefferson, a senadora Heloísa Helena (PT-AL), líder do Bloco Oposição, salientou a unanimidade da decisão do bloco, e se mostrou confiante na vitória. “Não vamos nos submeter a esta disputa desqualificada e despolitizada entre caciques políticos da base do governo”, afirmou a senadora. De acordo com Heloísa Helena, Jefferson está partindo para a disputa com 17 votos. O senador fará um pronunciamento hoje proclamando o Senado às mudanças que a sociedade anseia.

### Candidatura é para ganhar, afirma Dutra

“Estamos lançando a candidatura de Jefferson Péres para ganhar”, disse o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), após a reunião em que 14 senadores das oposições decidiram unanimemente pelo lançamento de candidatura própria à Presidência do Senado. Dutra reconheceu que a candidatura oposicionista poderá ser retirada caso surja um nome de consenso.

O senador explicou que a decisão de lançar candidatura própria representa um contraponto à indicação do senador Jader Barbalho pelo PMDB. E disse que o objetivo é incentivar o debate, mostrando para a população, através dos meios de comunicação, a importância do cargo de presidente do Senado.

Quanto a um possível apoio do PFL à candidatura de Jefferson, que foi filiado ao PSDB, Dutra acredita ser possível conseguir os votos de pelo menos metade da bancada do partido. “Se há um veto tão grande do PFL ao nome de Jader, o natural seria apoiar Jefferson”, afirmou. Tal apoio permitiria ao candidato pedetista vencer a eleição, previu Dutra. Ele considera até possível alcançar 52 votos, número de senadores que votaram favoravelmente à cassação do ex-senador Luís Estevão.

A bancada oposicionista conta com 16 votos, o PFL tem 21 e pelo menos cinco senadores do PMDB, PSDB e PTB posicionaram-se contra a eleição de Jader, conforme senadores do Bloco Oposição.



Jefferson quer marcar sua candidatura com a discussão de idéias

De acordo com Dutra, não é necessário haver maioria absoluta, uma vez que o Regimento é omissivo na questão. “Vence quem tiver mais votos”, disse. Na opinião do senador por Sergipe, se Jader Barbalho for eleito presidente do Senado, continuará a “briga de lavadeira” entre Jader e Antonio Carlos Magalhães, apenas alternando-se as posições.

#### DEBATE

Comentando a indicação do senador Jefferson Péres (PDT-AM) como candidato à Presidência do Senado, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) destacou que a candidatura oposicionista objetiva fomentar o debate, cujo ponto de partida será o discurso do candidato hoje em plenário. Cândido contou que alguns senadores do PFL já demonstraram apoio à candidatura de Jefferson Péres. “Podemos perder, mas podemos ganhar também”, disse.

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) lembrou que alguns políticos consideraram ingênua a postura da oposição de lançar uma candidatura própria. “Há quem diga que marcar posição não é uma atitude esperta entre políticos. Ora, ninguém quer bancar o esperto; queremos elevar o nível do debate”, disse o senador.

Senado e da Câmara, no próximo dia 14, em aliança com o PSDB. Em troca do apoio do PSDB ao candidato do PMDB no Senado, o partido apoiará Aécio Neves (MG) na Câmara.

— Muita gente apostou contra e agora está verificando que foi uma aposta errada — disse Suassuna.

O senador lembrou que o próximo passo é a vitória nas eleições para as Mesas do

## Tebet elogia sanção de lei sobre fundos constitucionais

Senador afirma que nova legislação vai permitir que recursos hoje parados sejam canalizados para o financiamento da produção

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) elogiou ontem, em discurso no plenário, a sanção pelo presidente Fernando Henrique Cardoso da Lei 10.177, que reduz os juros das operações com recursos dos fundos constitucionais do Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Sancionada no dia 12, a lei resultou de projeto de conversão de medida provisória que visava criar novas regras para viabilizar a atuação dos fundos criados em 1988.

Para Tebet, a sanção da lei vai permitir que recursos hoje parados nos fundos – no valor de R\$ 3 bilhões – sejam canalizados para o financiamento da produção agropecuária, da agroindústria, da indústria, do comércio e outros serviços como o turismo. Em aparte, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) lembrou que a lei ampliou para dez anos o prazo de alongamento das dívidas em atraso com os fundos.

Pelas regras anteriores, a cobrança de juros podia chegar até



Tebet: regras anteriores fizeram agricultores perderem suas propriedades para os bancos

a 16% ao ano, o que, conforme Tebet, levou muitos produtores a ficarem inadimplentes e até a entregar suas propriedades aos bancos responsáveis pelos empréstimos. Os maiores prejudicados têm sido os agricultores de menor porte. Agora, as taxas chegam a no máximo 14% ao ano, mas esta faixa se aplica apenas às empresas de grande porte da área in-

dustrial e de serviços (renda bruta anual de no mínimo R\$ 6 milhões). Para os miniprodutores (renda bruta anual máxima de R\$ 40 mil) das regiões semi-áridas, por exemplo, os juros não vão superar os 4,5% ao ano. Os miniprodutores das demais regiões pagarão juros de 5,10% ao ano.

– Esta lei vai apressar o desenvolvimento e o fortalecimento das três regiões por meio da produção agrícola e da tão sonhada agroindústria – disse Tebet. Ele agradeceu a colaboração dos parlamentares e do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra.

Também em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) elogiou a sanção da lei, por entender que, ao propiciar investimentos no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a lei contribuirá para a diminuição dos desequilíbrios entre as regiões. Maldaner observou que o empobrecimento do interior causa migração e inchaço das cidades, com o conseqüente aumento da poluição e da violência.

## Saturnino destaca resultados do Fórum Social em Porto Alegre

O Fórum Social Mundial, encerrado ontem em Porto Alegre, “revelou o sentimento da sociedade contrário à globalização neoliberal e de que é perfeitamente possível mudar este modelo”, afirmou o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ). Elogiando a organização do encontro, o senador ressaltou a compreensão de que é essencial para o Brasil construir alianças internacionais, não só com países do Terceiro Mundo ou da América Latina, mas com os países mais ricos e seus partidos políticos.

O senador, que participou do encontro, apontou os pontos de consenso entre os participantes do fórum, como a proposta de revisão das dívidas dos países mais pobres “a partir de critérios de justiça e não de banqueiros”; a luta pela tributação da movimentação financeira em todo o mundo, como forma de diminuir a especulação e de criar um fundo de desenvolvimento para auxiliar

países pobres; a guerra contra os paraísos fiscais e o sigilo bancário; e a luta contra o desemprego.

– Permeando todos esses consensos, está a decisão de constituir luta contra todas as formas de corrupção e falta de transparência na política, nas transações comerciais e financeiras. É a ética como afirmação de uma nova democracia – explicou o senador.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que também participou do fórum, disse que ganhou mais força a proposta de assegurar uma renda básica incondicional em todos os países. Segundo ele, enquanto o encontro em Davos, na Suíça, tinha como único interesse saber se a cotação das ações das multinacionais iria subir ou descer, em Porto Alegre a preocupação foi com os direitos humanos, a cidadania e a qualidade de vida.

Destacando a preocupação de Saturnino com os problemas sociais, o senador José Alencar (PMDB-MG) anunciou que pre-



Para Saturnino, fórum revelou sentimento da sociedade contrário à globalização neoliberal

tende apresentar projeto para obrigar todo homem público ocupante de cargo, eletivo ou não, a abrir seu sigilo bancário e fiscal. A medida alcançaria inclusive as empresas de sua propriedade. Alencar também defendeu a participação do Estado na economia, ao lado da iniciativa privada e em setores distintos.

## Requião pede ajuda para identificar beneficiário de desvio de verba

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) solicitou à Presidência do Senado ajuda no sentido de identificar o deputado federal beneficiário de desvio de dinheiro público da Prefeitura de Maringá (PR). Requião apresentou documento emitido pelo Ministério Público do Paraná que aponta o desvio de R\$ 100 milhões, sendo que R\$ 53 milhões já comprovados. “A Prefeitura de Maringá foi roubada por uma quadrilha que por três administrações consecutivas manteve o mesmo secretário de Fazenda”, afirmou.

De acordo com o documento apresentado por Requião, o cheque da Caixa Econômica Federal nº 307.792, no valor de R\$ 92.160,00, foi desviado do erário municipal de Maringá e depositado na conta nº 193322-1 do Banco do Brasil, agência 2636-0 no Senado Federal, para pagamento de plano de aposentadoria do Insti-



Requião: se beneficiário do cheque ainda estiver no exercício do mandato, precisa ser cassado

tuto de Previdência dos Congressistas (IPC), já extinto. “Se este beneficiário ainda estiver no exercício do mandato, precisa ser cassado”, disse o senador.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, solicitou a Requião que encaminhasse um requerimento com todos os dados apresentados para que a Mesa possa tomar as medidas necessárias ao caso.

## Moreira Mendes aplaude indicação de Hamilton Casara para o Ibama

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) apoiou a indicação do engenheiro Hamilton Nobre Casara para a presidência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama). Ele afirmou que um filho de Rondônia, nascido e criado na floresta, com uma carreira dedicada à defesa da Amazônia e do meio ambiente, conhece melhor do que ninguém os problemas ambientais e os desafios que as populações tradicionais enfrentam.

Segundo o parlamentar, desde que assumiu a presidência do Ibama, no dia 16 de janeiro, Casara implantou a “tolerância zero” para os infratores e para o crime ambiental, fortalecendo os mecanismos de defesa para reservas indígenas, reservas extrativistas, parques nacionais e demais áreas de proteção ambiental.

Para Moreira Mendes, Casara assume o Ibama com a determinação de promover parcerias com a sociedade civil organizada, estados e municípios, visando a desenvolver ações voltadas para a educação ambiental. “Ele defende uma agenda de trabalho que ‘nasça das pontas’, permitin-



Moreira Mendes apoia política de “tolerância zero” com infratores e autores de crimes ambientais

do à direção do Instituto promover meios para fortalecimento de suas unidades em todo o Brasil”, acrescentou o parlamentar.

Em aparte, o senador Amir Lando (PMDB-RO) também louvou o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, pela escolha de Casara. Lando enfatizou sua biografia de técnico competente, com raízes em família de pioneiros no desenvolvimento de projetos na Amazônia, sempre agindo em perfeita sintonia com a proteção ecológica.

# Aprovado voto de pesar pela morte de escritor

A homenagem a Vivaldi Moreira, ensaísta e historiador contemplado com o título de “presidente perpétuo” da Academia Mineira de Letras, foi proposta pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães

## Piva fala à TV Senado sobre rumos da economia brasileira

O desempenho da economia brasileira é o tema do programa *Entrevista* que a TV Senado exibe hoje às 7h30, 12h30 e 20h30. O senador Pedro Piva (PSDB-SP) comenta os bons índices alcançados pelo Brasil na área do emprego e da produção e fala de suas expectativas em relação à economia.

Já as dificuldades dos pesquisadores brasileiros e o projeto Genoma são temas do *Debate*. Será discutido o desenvolvimento da pesqui-



sa no Brasil. São convidados a diretora do Instituto de Biologia da Universidade de Brasília, Maria Sueli Felipe, e o secretário do Programa de Biotecnologia da Embrapa, Mauro Carneiro. O programa vai ao ar às 6h30, 11h15, 13h30 e 19h30.

No programa *De Coração* de hoje o cardiologista Álvaro Avezum fala sobre a medicina baseada em evidências. O programa será apresentado às 8h30.

Foi aprovado ontem requerimento do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para inserção em ata de voto de pesar pela morte do escritor mineiro Vivaldi Moreira, ocorrida na última sexta-feira. Ao apresentar suas condolências, ele disse que Minas perdeu um de seus “grandes vultos contemporâneos”.

— Ensaísta, memorialista e historiador, Vivaldi Moreira era um humanista da linhagem que em Minas produziu João Pinheiro, Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, Gustavo Capanema, Milton Campos e Afonso Arinos. Com o coração na história e os olhos voltados para o futuro, interpretou em seus 20 livros publicados o mais genuíno sentimento das montanhas de Minas — declarou.

Antonio Carlos Magalhães afirmou que a gestão de Vivaldi como presidente da Academia



Para Antonio Carlos, Vivaldi foi “um humanista da linhagem” de Milton Campos, Capanema e outros

Mineira de Letras foi tão proveitosa que os acadêmicos deram-lhe o “galardão de presidente perpétuo”. E, para ressaltar a grandeza do escritor, lembrou episódio referente ao veto dos militares à candidatura do ex-presidente Juscelino Kubitschek a uma vaga na Academia Brasileira de Letras.

Ao ver o nome de Juscelino vetado, Vivaldi Moreira articulou sua indicação para a Academia Mineira de Letras. Conselheiro do Tribunal de Contas de Minas Gerais, foi então chamado à agência do Serviço Nacional de Informações (SNI), em Belo Horizonte, para prestar esclarecimentos. De acordo com Antonio Carlos Magalhães, o escritor compareceu ao local e afirmou: “Os acadêmicos, por unanimidade, vão eleger Juscelino”. E Juscelino foi eleito, naquela que, segundo Antonio Carlos, foi a última homenagem ao ex-presidente, morto pouco depois em um desastre de automóvel.

Os senadores Arlindo Porto (PTB-MG) e José Alencar (PMDB-MG) também se associaram à homenagem ao historiador mineiro, ressaltando as qualidades literárias e “a vida pública exemplar” de Vivaldi Moreira.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h — *Especial* — CPI do Futebol  
6h30 — *Debate* — Pesquisa em Biotecnologia  
7h25 — *Senado em Pauta*  
7h30 — *Entrevista* — Senador Pedro Piva fala sobre o desempenho da economia brasileira  
8h — *Jornal do Senado*  
8h30 — *De coração* — Medicina Baseada em Evidências  
9h — *As Cores do Mundo* — Equador  
9h30 — *Entrevista* — Senadora Emilia Fernandes fala sobre a relação Brasil/Coréia do Norte  
10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (ao vivo)  
12h — *Especial* — CPI do Futebol  
12h30 — *Entrevista* — Senador Pedro Piva fala sobre o desempenho da economia brasileira  
12h55 — *Senado em Pauta*  
13h — *Especial* — CPI do Futebol  
13h30 — *Debate* — Pesquisa em Biotecnologia  
14h30 — *Entrevista* — Senador Paulo Hartung fala sobre a correção da tabela de Imposto de Renda

15h — *Especial* — Violência  
15h30 — Sessão Conjunta do Congresso Nacional (ao vivo)  
18h30 — *Entrevista* — Senadora Emilia Fernandes fala sobre a relação Brasil/Coréia do Norte  
19h — *Especial* — CPI do Futebol  
19h30 — *Debate* — Pesquisa em Biotecnologia  
20h30 — *Entrevista* — Senador Pedro Piva fala sobre o desempenho da economia brasileira  
21h — *Jornal do Senado*  
21h30 — Sessão Conjunta do Congresso Nacional (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

Música e informativo o dia todo  
10h — Reunião da CCJ  
15h — Sessão do Congresso Nacional  
19h — *A Voz do Brasil*  
20h — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste  
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste  
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

#### Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal  
DirecTV: canal 163  
Sky Net: canal 30  
Tecsat: canal 17

Internet: www.senado.gov.br

#### Antena Parabólica — Sistema Digital:

- Satélite: B1
- Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência: 3.644,4 MHz
- Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
- Antena: 3,6 m
- PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB
- Symbol Rate: 3,2143Ms/s
- FEC: 3/4

#### Antena Parabólica — Sistema Analógico:

- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal 8)
- Polarização: Horizontal
- Frequência - 4.130 MHz

### RÁDIO SENADO FM

#### Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

#### Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

#### Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000, 0 FD 1, 17, 1, 7

## Francelino resalta apego de Vivaldi à literatura

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) também lamentou o falecimento do escritor Vivaldi Moreira, para quem o ensaísta e historiador só não ingressou na Academia Brasileira de Letras por ter preferido permanecer em Minas Gerais. Em discurso feito ontem, o sena-



Francelino destacou ainda as qualidades do servidor “exemplar e amigo fiel”

dor enumerou as principais obras e virtudes de Vivaldi Moreira, e ressaltou seu total apego à literatura.

De acordo com o parlamentar, o escritor, falecido aos 88

anos, lia três volumes ao mesmo tempo e escreveu 20 livros e 5 mil artigos. Entre suas obras exaltadas, Francelino citou *O Menino da Mata*, *Glossário das Gerais* e *Milton Campos, Política e Letras*, reeditada no ano

passado pelo Senado, por ocasião do centenário de nascimento de Milton Campos.

Ex-presidente da Academia Mineira de Letras, de 1975 a 1987, Vivaldi foi também advo-

gado, jornalista, conselheiro e presidente do Tribunal de Contas de Minas Gerais, conforme lembrou Francelino.

— A Minas, ele deu o melhor de si. Mas não apenas como escritor. Foi também o servidor responsável, inclusive auxiliar de meu governo. Ademais, sempre foi um de meus melhores amigos. O funcionário exemplar, o amigo sempre presente e fiel — afirmou.

Francelino Pereira pediu ainda que fosse incluído nos Anais da Casa o discurso de homenagem proferido pelo ex-senador Murilo Badaró, escolhido recentemente para a presidência da Academia Mineira de Letras.

## Minas presta homenagem a acadêmico, diz Porto

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) elogiou medida do governador Itamar Franco que decretou luto oficial de três dias em Minas Gerais pelo falecimento do escritor mineiro Vivaldi Moreira.

Ao anunciar que participará da missa celebrada em sua memória, amanhã, em Belo Horizonte (MG), o senador disse que os mineiros sempre reconheceram a sabedoria do acadêmico que fez parte



Arlindo Porto: mineiros sempre reconheceram a sabedoria de Vivaldi

da vida de Minas nos últimos 60 anos.

O escritor nasceu na cidade de Tombos, na Zona da Mata mineira. Segundo o senador, Vivaldi bacharelou-se pela Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, vindo depois a exercer o jornalismo. Aos 35 anos, Vivaldi foi chefe de gabinete do então secretário de Finanças do estado, José de Magalhães Pinto, e mem-

bro indicado do Tribunal de Contas de Minas, onde aposentou-se em 1980.

O senador lembrou que, eleito para a presidência da Academia Mineira de Letras, o escritor exerceu o cargo com tal eficiência que se confundiu com a própria instituição. “Vivaldi Moreira foi um ser humano inigualável, imortal para as letras, a política e o jornalismo mineiros, razão por que todos devemos homenageá-lo quando nos deixa, levando o conforto a sua família e incorporando o seu nome entre os que, neste país, souberam valorizar sua vida e sua obra.”

# Alcântara pede que seja votada limitação das MPs

Para o senador, qualquer proposta aprovada pela maioria será melhor do que a atual situação, em que o Executivo edita abusivamente medidas provisórias e os parlamentares não conseguem votar quase nenhuma delas



Santos destaca integração entre o ensino e o trabalho como ponto positivo do novo plano

## Santos aplaude fortalecimento do ensino profissional

Ao comentar o Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso e recentemente sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) destacou como principais inovações o fortalecimento da integração entre a educação e o trabalho no ensino profissional, bem como a promoção de investimentos em infraestrutura educacional com prioridade para o ensino médio e fundamental.

Segundo Santos, houve um longo período de estagnação da educação no Brasil desde os anos 80 até meados da década de 90 quando, por iniciativa e competência do ministro Paulo Renato Souza, o setor passou a avançar a passos largos.

Ele afirmou que o país dificilmente repetirá índices de crescimento elevado apresentados no passado, sem que investimentos substanciais em educação acompanhem a elevação da taxa de investimento em capital fixo na economia brasileira. Para isso, há necessidade de uma forte articulação entre o cerne da política econômica e as políticas sociais básicas e compensatórias, defendeu.

Como sugestão para o aperfeiçoamento do setor educacional brasileiro, Ricardo Santos apresentou proposta para concepção e implementação de programas especiais de educação e profissionalização dos jovens de 15 a 24 anos, em situação de risco social e que ainda não tenham sido alcançados pelo sistema formal de ensino.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) fez um apelo aos presidentes do Senado e da Câmara, assim como aos parlamentares da oposição, para que o Congresso vote a proposta de emenda constitucional (PEC) que disciplina a edição de medidas provisórias. Para o parlamentar, essa é a resposta que o Congresso precisa dar à opinião pública, que vem criticando os gastos decorrentes da convocação extraordinária.

Lúcio Alcântara lembrou que foi a reedição de muitas MPs pelo Executivo que forçou essa convocação, em razão da exigência constitucional. “Caso contrário, o Congresso poderia ter evitado o vexame da convocação, com os trabalhos do ano legislativo começando normalmente no dia 15 de fevereiro, e sessões preparatórias apenas para eleição das Mesas da Câmara e do Senado, o

que não implicaria salários adicionais para os parlamentares”, observou.

Alcântara reconheceu haver críticas, sobretudo dos partidos da oposição, em relação a vários dispositivos da PEC em tramitação, mas garantiu que qualquer proposta aprovada pela maioria será melhor do que a atual situação, na qual o Executivo edita abusivamente MPs e os parlamentares não conseguem votar quase nenhuma delas, sequer a que criou o Plano Real, editada pela primeira vez há mais de cinco anos.

Em especial, Alcântara defende mudança estabelecendo que as votações das MPs sejam feitas separadamente na Câmara e no Senado, e não mais em sessões conjuntas. Ele disse que todos sabem que a apreciação conjunta de matérias não funciona, haja



Lúcio Alcântara: essa é a resposta que o Congresso precisa dar à opinião pública

vista o número enorme de vetos presidenciais que trancam a pauta do Congresso, obrigando todas as sessões serem chamadas de extraordinárias.

Em aparte, o senador Francilino Pereira (PFL-MG) também defendeu a necessidade urgente da votação da PEC sobre as MPs, ar-

gumentando ser do Congresso a responsabilidade maior pelo abuso do Executivo na utilização desse instrumento. “A MP entra em vigor, perde o impacto e o Congresso acaba não se reunindo para votar. Com prazos mais rígidos de tramitação, isso não acontecerá mais”, concluiu.

## CCJ examinará projeto sobre a inserção de deficiente no mercado

Além das duas propostas incluídas na pauta da reunião de hoje (veja matéria na página 3), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve analisar, durante o período de convocação extraordinária, o projeto de lei do governo que permite a contratação de pessoas



Iris Rezende é relator da proposta do Executivo

deficientes físicas ou mentais através de entidades beneficentes de assistência social especializadas. Essas entidades passariam a ter condições de atuar como terceirizadas de mão-de-obra, com capacidade de prestar apoio especial aos deficientes no exercício de suas funções.

De acordo com o projeto, a inserção de pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho se dará mediante “colocação competitiva, colocação seletiva ou promoção do trabalho por conta própria”. Cada uma das situações é definida na proposta, bem como ressalvada a necessidade de observância da legislação trabalhista.

— Ao se propor a definição das modalidades de inserção da pessoa portadora de deficiência no

mercado de trabalho, e dentre elas a colocação seletiva, mediante a intermediação de mão-de-obra por meio de entidades especializadas, pretende-se potencializar um instrumento efetivo de parceria na questão da capacitação e do emprego, e contribuir para a ampliação de novas oportunidades de trabalho para aqueles que necessitam de apoios especiais para desenvolver suas atividades laborais — afirma o governo na justificativa do projeto, que será relatado pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO).

### COLOCAÇÃO

A “colocação competitiva” ocorre sem a necessidade de apoios especiais, enquanto que a colocação seletiva prevê a “adoção de procedimentos e apoios especiais para sua concretização”. Já a promoção do trabalho por conta própria regula o trabalho autônomo, “cooperativado ou em regime de economia familiar”.

A proposta, já aprovada pela Câmara, prevê a inclusão de novos dispositivos na Lei nº 7.853, que trata do apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social.

## Senado vota projeto que altera aplicação de multa a dirigentes

O projeto que altera a aplicação de multas a dirigentes de órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal que atrasarem o recolhimento de contribuições ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e infringirem a Lei Orgânica da Seguridade Social será discutido inicialmente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) durante a convocação extraordinária.

A Lei Orgânica da Seguridade Social, de 1991, prevê a aplicação de multas em casos como o atraso no recolhimento de contribuições ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) pelos órgãos a ele filiados. Porém, para garantir a cobrança, a lei determina que o dirigente de órgão público tem responsabilidade objetiva sobre as faltas cometidas e, além disso, manda descontar o valor da multa do dirigente na folha de pagamento, com a responsabilização imediata do administrador, sem direito de defesa.

O projeto muda a legislação de forma a esclarecer que a autoridade ou servidor público, e não mais o dirigente do órgão, que infringir a lei incidirá nas penalidades previstas, mas somente depois de comprovada a irregularidade. Para o governo, a aprovação do projeto é importante para corrigir essa falha na legislação previdenciária.

— A vantagem desta proposta consiste em estabelecer com clareza a necessidade de o fiscal do INSS encontrar um liame direto, um nexo de causalidade, entre a conduta do eventual agente infrator e a infração — afirma a exposição de motivos do projeto, encaminhada pelo Palácio do Planalto ao Congresso.

A matéria tramita desde 1997 no Legislativo e foi aprovada pela Câmara dos Deputados no ano passado. Caso o Senado a aprove sem alterações, a proposta segue para a sanção presidencial.

## Suassuna prega incremento do comércio com a Líbia

A retomada do comércio com a Líbia foi defendida ontem pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que representou o governo brasileiro em missão recente àquele país. Prejudicada por disputa comercial iniciada no governo Collor, a corrente comercial entre o Brasil e a Líbia, que já somou R\$ 2 bilhões anuais, hoje está reduzida "a alguns milhões", disse Suassuna.

Ao fazer o relato de sua viagem, ele contou que as autoridades brasileiras foram recebidas pelo chefe do governo líbio, Muamar Kadafi, que "abriu as portas do país ao Brasil". Kadafi disse que o Brasil deve



Ney Suassuna representou o Brasil em recente missão comercial enviada à Líbia

ocupar o espaço comercial hoje dominado por países que cometeram atrocidades contra a Líbia, inclusive bombardeando o palácio do governo e violentando mulheres.

Suassuna explicou que o Brasil terá vantagens não só no comércio com a Líbia, mas também com muitos países africanos que têm nela um grande parceiro. Como sinal de que pretende incrementar as relações com o Brasil, após a visita, a Líbia efetuou compras de açúcar e cevada brasileiros. Segundo Suassuna, o presidente Fernando Henrique conversou pelo telefone com Kadafi, com quem marcou uma agenda de conversas.

## Maria do Carmo critica atitude do governo em relação ao Nordeste

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) pediu, em plenário, que o governo federal dê prioridade ao Nordeste e abandone a idéia de extinguir a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Na opinião da senadora, durante sua administração, o presidente Fernando Henrique Cardoso,



Maria do Carmo diz que o Nordeste é tratado como o "patinho feio" do país

apesar das esperanças iniciais, vem tratando a região como o "patinho feio" do país.

— Fomos descobrindo que nossas esperanças não correspondiam à triste realidade de uma administração que se revelou madrastra para os nordestinos. Excepcionalmente esporádicas manifestações retóricas, este governo tem alijado as questões nordestinas — afirmou ela.

Na avaliação de Maria do Carmo, não houve qualquer obra marcante para o Nordeste nos seis anos do governo de Fernando Henrique, tempo em que o Plano Real aumentou a concentração da renda nacional nas regiões in-

dustrializadas do Centro-Sul, principalmente em São Paulo.

— E agora chegamos a notícia de que o ministro Fernando Bezerra (da Integração Nacional) já entregou o plano definitivo de extinção da Sudene, transformando-a em uma inócua agência de desenvolvimento — protestou.

Maria do Carmo também denunciou que o Plano Novo Nordeste, apresentado pelos governadores da região ao presidente no Palácio do Planalto, foi arquivado pelo governo federal. Na visão da senadora, o plano seria capaz de "transformar profundamente o Nordeste em termos sociais", porém nunca houve uma resposta oficial do presidente sobre o assunto.

— A forma de encarar as secas na virada do século é exatamente a mesma de 200 anos atrás. O governo atual encara os sertanejos do Semi-árido como uma sub-raça, que, no máximo, merece as ações inúteis e humilhantes das frentes de emergência — declarou.

## Osmar Dias espera aprovação de novas regras para o FPM

Parlamentares votarão novo prazo para reduzir as receitas do Fundo de Participação dos Municípios das cidades que perdem população

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) elogiou a decisão dos presidentes do Senado e da Câmara de incluir, na pauta de votações da convocação extraordinária, projeto de sua autoria que aumenta de cinco para 10 anos o prazo para a redução gradual das receitas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) recebidas pelas cidades que vêm perdendo população.

Segundo observou, a decisão dos presidentes das duas Casas do Congresso impedirá 1.745 municípios de todo o país, que tiveram suas populações reduzidas, segundo dados do IBGE, "de irem à insolvência e à completa incapacidade de continuar administrando suas cidades".

— É uma questão de justiça — acrescentou —, pois a proposta, se aprovada, vai permitir que esses municípios continuem funcionando, mantendo as pessoas nas suas cidades, evitando, assim, o êxodo rural e o inchamento dos grandes centros urbanos.

Osmar enfatizou que os municí-



Osmar elogiou os presidentes do Senado e da Câmara por incluírem a matéria na pauta da convocação extraordinária

pios que estão perdendo receitas do FPM freqüentemente têm nesses recursos sua principal fonte de renda, usando-os para custear o pagamento de pessoal e serviços básicos. Com a aprovação do seu projeto, destacou ele, esses municípios terão mais tempo para se adaptar à legislação que reduz o repasse de recursos para cidades com perdas demográficas.

O parlamentar explicou que o projeto já havia sido aprovado por unanimidade pelo Senado, no fi-

nal do ano passado, e posteriormente enviado à Câmara. Lá, porém, partidos de oposição pediram sua retirada de pauta. Osmar Dias manifestou confiança na aprovação da iniciativa na Câmara dos Deputados ainda nesta semana.

Em aparte, o senador Arlindo Porto (PTB-MG) elogiou o trabalho de articulação política desenvolvido por Osmar Dias, que resultou na inclusão do projeto na pauta de votação da convocação extraordinária.

## Tasso Rosado promete atuação voltada para o combate à desigualdade e à fome

O senador Tasso Rosado (PMDB-RN) fez ontem sua estréia na tribuna do Senado, prometendo uma atuação parlamentar voltada para o combate ao desemprego, à desigualdade social e à fome. Ele assumiu, como segundo suplente, a vaga do senador e atual ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra (PMDB-RN) por causa do afastamento do primeiro suplente, senador Agnelo Alves, eleito prefeito de Parnamirim (RN).

Tasso Rosado afirmou que pretende desenvolver um trabalho parlamentar voltado para a redução das desigualdades existentes no país. Ele observou que o Brasil, apesar de ser um país de muitas riquezas, "infelizmente ainda não aprendeu a distribuí-las de modo mais equânime e apresenta diferenças gritantes".

O senador disse ainda que é chegado o momento de se "repensar" o capitalismo como instrumento de desenvolvimento e distribuição de riquezas, pois, na sua avaliação, esse modelo "perdeu o rumo". Ele se manifestou a favor da redução da jornada de trabalho de oito para seis horas diárias, como forma de ampliar

a oferta de empregos.

Natural da cidade de Mossoró (RN), Tasso Rosado é empresário da indústria do sal e é a primeira vez que exerce cargo público.

Os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Romeu Tuma (PFL-SP) e Maguito Vilela (PMDB-GO), em apartes, deram as suas boas-vindas a Tasso Rosado.



Na opinião de Tasso Rosado, o capitalismo "perdeu o rumo"

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo, Ademir Andrade, Carlos Patrocínio, Eduardo Siqueira Campos e Juvêncio da Fonseca